



Unidade Universitária: FACULDADE DE DIREITO			
Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico			
Curso: <input checked="" type="checkbox"/> Mestrado Acadêmico <input type="checkbox"/> Mestrado Profissional <input checked="" type="checkbox"/> Doutorado			
Nome do Componente Curricular: Cidadania e Políticas Públicas			
Professor(es): Gianpaolo Poggio Smanio, Fernando Rister, Humberto Fabretti			
Carga horária: 48h	Créditos 4	<input checked="" type="checkbox"/> Obrigatória <input type="checkbox"/> Optativa <input type="checkbox"/> Eletiva	Código do Componente Curricular: ENST10256
Ementa: <p>Apresenta o instrumental teórico fundamental para o desenvolvimento da linha de pesquisa “A Cidadania Modelando o Estado”, com o objetivo de estudar o conceito de cidadania, particularmente em sua manifestação por meio das políticas públicas sociais e sua relação com a Democracia e com a atuação do Estado, que tem o dever de implementá-las.</p>			
Objetivos <p>Compreender os modos pelos quais os entrelaçamentos entre o poder político e sua ordenação jurídica, no Estado Social e Democrático de Direito, conformam as políticas públicas, entendidas como programas de ação governamental.</p> <p>Aprofundar o estudo dos fundamentos jurídicos do Estado e do governo, a partir de categorias conceituais que realizam a conexão com outros campos do saber que também se ocupam das políticas públicas, tais como instituições e processos, noções de referência para o diálogo transdisciplinar com a ciência política, a economia e a ciência da gestão pública.</p> <p>Fornecer o referencial teórico necessário para a compreensão dos novos mecanismos que promovem a ampliação da participação popular no processo de tomada de decisões em matéria de políticas públicas.</p>			
Conteúdo Programático <ol style="list-style-type: none">1. A Construção Histórica da Cidadania2. Cidadania: Conceituação e posição constitucional3. Teoria dos Sistemas: uma Introdução à CiberCidadania4. Legal Tech Talk: impactos na cidadania e no Sistema de Justiça Criminal5. Conceituação jurídica de políticas públicas6. Segurança Pública e Cidadania7. Funções do Estado em relação a políticas públicas: atuação do Ministério Público8. Ativismo Judicial: Paradoxos e Colisões entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário9. Cidadania ativa e participação10. Prática extensionista: uma contribuição dos debates do componente curricular para a coletividade			



Metodologia

Leitura e elaboração de relatórios críticos sobre os textos mencionados na bibliografia básica e complementar, os quais são apresentados no primeiro dia de aula. Relacionar a leitura com cada eixo temático para promoção de debates aprofundados propostos para cada encontro semanal; Observação da postura e do desempenho dos papéis políticos que serão desempenhados pelos discentes ao longo de sua formação acadêmica, com o intuito de colaborar para a formação integral de um professor; Elaboração de seminários relacionados com os temas abordados nos encontros como mecanismo de aplicação prática dos conceitos estudados em sala, os quais deverão ser apresentados em um evento científico aberto a sociedade, cuja organização fica a encargo dos discentes que assumem o protagonismo estudantil ao efetivamente entregar um produto científico apto a promover um debate de qualidade na comunidade acadêmica.

Critérios de Avaliação

A nota final a ser atribuída aos alunos será resultado da participação dos alunos nos debates realizados em sala de aula, apresentação de seminários, leitura e análise crítica de artigos e textos referentes ao conteúdo programático, entrega de produto final do evento científico elaborado ao final do curso, e a organização e participação em evento.

A nota final a ser atribuída aos alunos(as) será resultado da soma dos seguintes elementos:

- 1. Avaliação da Participação em aula – apresentação:** avaliação oral, para medir a habilidade de defender oralmente um ponto de vista ou a aplicação de um conceito doutrinário
- 2. Avaliação da Participação em aula – crítica e aprofundamento dos temas:** Avaliação oral, para medir a habilidade de defender oralmente um ponto de vista ou a aplicação de um conceito doutrinário
- 3. Organização e participação no Evento Científico:** Avaliação em grupo, a partir do desempenho de papéis específicos, para medir atitudes ou habilidades específicas e avaliação da interação entre os alunos.

Serão organizados 2 eventos pelos alunos de acordo com os eixos temáticos: saúde e educação e segurança pública e distribuição de renda.

Ítens que serão avaliados:

- a) Organização do evento;
 - b) Divulgação do evento;
 - c) Adesão do público;
 - d) Palestras dos alunos: aderência temática, pontualidade, oratória.
- 4. Produto final evento científico:** Avaliação por relatórios de pesquisa, diante da entrega de um artigo com aderência aos eixos, ou anais de evento.

Segundo Regulamento Geral da Pós-Graduação Stricto Sensu, Art. 98, “Será considerado aprovado o aluno que obtiver, em cada disciplina obrigatória, optativa e nas atividades programadas o conceito final “A”, “B” ou “C”, conforme relação de conceitos a seguir:

- I - A – excelente: corresponde às notas no intervalo entre os graus 9 e 10;
- II - B – bom: corresponde às notas no intervalo entre os graus 8 e 8,9;
- III - C – regular: corresponde às notas no intervalo entre os graus 7 e 7,9;
- IV - R – reprovado: corresponde às notas no intervalo entre os graus 0 e 6,9”

**Bibliografia Básica**

BASTOS, Marco Toledo. **Uma forma cultural para a sociedade tecnológica. Em pauta nas pesquisas de comunicação.** p. ano 7.n.1. jan./jun. São Paulo, 2013. p.183-195.

BÔAS FILHO, Orlando Villas. **A Teoria dos sistemas aplicada à análise do direito.** In: Teoria dos sistemas e direito brasileiro. Saraiva: São Paulo, 2009.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **O conceito de política pública em direito.** In: BUCCI, M.P.D. (Org.). Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico. 1ed.são paulo: saraiva, 2006, v. 1, p. 1-47

CARVALHO, José Murilo. **A Cidadania no Brasil: o Longo Caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CARVALHO, José Murilo. **A Cidadania no Brasil: o Longo Caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

COELHO, Sérgio Reis; KOZICKI, Katya. **O Ministério Público e as Políticas Públicas: Definindo a Agenda ou Implementando as Soluções?** Revista da AJURIS, v. 40, n. 130, jun, 2013, p.373-394.

COHN, Amélia. **Participação social e conselhos de políticas públicas.** Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2011.

COMPARATO, Fabio Konder. **Ensaio sobre o juízo de constitucionalidade de políticas públicas.** Revista de Informação Legislativa. Brasília a. 35 n. 138 abr./jun. 1998.

COMPARATO, Fábio K. **Para viver a democracia.** São Paulo: Brasiliense, 1989

FABRETTI, Humberto B. **Segurança Pública: fundamentos jurídicos para uma abordagem constitucional.** São Paulo: Atlas, 2014.

HILGENDORF, Eric. **Digitalização e o Direito.** Trad. Orlandino Gleizer. São Paulo, SP: Marcial Pons, 2020

LIMA, Fernando Rister de Sousa Lima. **Saúde e Supremo Tribunal Federal.** 2 ed. Juruá: Curitiba. 2018. 8.15 Audiência Pública.

LIMA, Fernando Rister de Sousa. **Decisões do STF em direito à saúde. Aspectos Econômicos e Políticos.** Almedina: São Paulo, 2020. Capítulo 5.

LIMA, Fernando Rister de Sousa. **Excesso de autorreferência e falta de heterorreferência: o simbolismo da atuação do STF em direito à saúde.** Revista Direito GV, v. 12, p. 691-717, 2016.

LOPES, Ana Maria D'Avila. **A Cidadania na Constituição Federal Brasileira de 1988: Redefinindo a Participação Política.** In: LIMA, Francisco Gerson Marques De; BONAVIDES, Paulo; BEDE, Fayga Silveira. Constituição e Democracia - estudos em homenagem ao Professor J.J. Gomes Canotilho. Ed. Malheiros, 2006.

MARSHALL, T. H. **III. Cidadania e Classe Social.** In.: MARSHALL, T. H. Cidadania, Classe Social e Status. Zahar Editores: Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Luciano Moreira. **O Ministério Público brasileiro e a implementação de políticas públicas.** Revista de Informação Legislativa, v. 50, p. 223, 2013.



O'NEIL, Cathy. **Algoritmos de destruição em massa**: como o big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia. Trad. Rafael Abraham. Santo André, SP: Editora Rua do Sabão, 2020.

SILVA, Sandro Pereira. **Democracia, Políticas Públicas e Instituições de Deliberação Participativa**: visões sobre a experiência brasileira. Brasília: Ipea, 2018.

SMANIO, Gianpaolo Poggio. **As garantias constitucionais do ministério público e os desafios de sua atuação para o século XXI**. In: Gianpaolo Poggio Smanio, Carlos Eduardo Nicoletti Camilo. (Org.). 60 Desafios do Direito - Direito na sociedade contemporânea. 1ed.São Paulo: Atlas, 2013, v. 1, p. 208-217.

SMANIO, Gianpaolo Poggio. **A conceituação da cidadania brasileira e a Constituição Federal de 1988**. In: Alexandre de Moraes. (Org.). Os 20 Anos da Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Atlas, 2009, v. 1, p. 333-346.

SMANIO, Gianpaolo Poggio. **As Dimensões da Cidadania**. Revista da ESMP, ano 2, p.13-23, jan/jun. 2009.

SMANIO, Gianpaolo Poggio. **Cidadania e Políticas Públicas**. In: O Direito na Fronteira das Políticas Públicas. São Paulo: Páginas e Letras Editora e Gráfica, 2015.

SMANIO, Gianpaolo Poggio. **Legitimidade Jurídica das Políticas Públicas: a Efetivação da Cidadania**. In: O Direito e as Políticas Públicas no Brasil. 1ed.São Paulo: Atlas, 2013, v. 1, p. 3-13.

ZUBOFF, Shoshana. Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: **Tecnopolíticas da Vigilância: perspectivas da margem**. Org. Fernanda Bruno [et al.]. São Paulo, SP: Boitempo, 2018.

Bibliografia Complementar

ADORNO, Sérgio. Violência e crime: sob o domínio do medo na sociedade brasileira. In: **Cidadania, um projeto em construção**: minorias, justiça e direitos. Org. André Botelho e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FEBBRAJO, Alberto; LIMA, Fernando Rister de; Bôas filho, Orlando Villas. 8. **Da autopoiese à fórmula de transcendência**: das comunicações binárias às redes comunicacionais. In: Justiça. Dos Sistemas às Redes. Almedina: São Paulo, 2020.

SOARES, Luiz Eduardo. Segurança pública: dimensão essencial do Estado Democrático de Direito. In: **Cidadania, um projeto em construção**: minorias, justiça e direitos. Org. André Botelho e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SOLOVE, Daniel J., **The Digital Person**: Technology and Privacy in the Information Age. NYU Press, 2004.



Plano de aula semanal	
Semana 1 01/03/2021	Aula 1. Apresentação da disciplina
Semana 2 08/03/2021	Aula 2. A Construção Histórica da Cidadania <ul style="list-style-type: none">• Entrega programa do evento: separação dos eixos <u>Material de leitura obrigatória:</u> <ul style="list-style-type: none">• MARSHALL, T. H. III. Cidadania e Classe Social. In.: MARSHALL, T. H. Cidadania, Classe Social e Status. Zahar Editores: Rio de Janeiro.• CARVALHO, José Murilo. A Cidadania no Brasil: o Longo Caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.• SMANIO, Gianpaolo Poggio. As Dimensões da Cidadania. Revista da ESMP, ano 2, p.13-23, jan/jun. 2009.
Semana 3 15/03/2021	Aula 3. Cidadania: Conceituação e posição constitucional <u>Material de leitura obrigatória:</u> <ul style="list-style-type: none">• SMANIO, Gianpaolo Poggio. A conceituação da cidadania brasileira e a Constituição Federal de 1988. In: Alexandre de Moraes. (Org.). Os 20 Anos da Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Atlas, 2009, v. 1, p. 333-346.• CARVALHO, José Murilo. A Cidadania no Brasil: o Longo Caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.• LOPES, Ana Maria D'Ávila. A Cidadania na Constituição Federal Brasileira de 1988: Redefinindo a Participação Política. In. LIMA, Francisco Gerson Marques De; BONAVIDES, Paulo; BEDE, Fayga Silveira. Constituição e Democracia - estudos em homenagem ao Professor J.J. Gomes Canotilho. Ed. Malheiros, 2006.
Semana 4 22/03/2021	Aula 4. Teoria dos Sistemas: uma Introdução à CiberCidadania <u>Material de leitura obrigatória:</u> <ul style="list-style-type: none">• BASTOS, Marco Toledo. Uma forma cultural para a sociedade tecnológica. Em pauta nas pesquisas de comunicação. p. ano 7.n.1. jan./jun. São Paulo, 2013. p.183-195.• BÔAS FILHO, Orlando Villas. A Teoria dos sistemas aplicada à análise do direito. In. Teoria dos sistemas e direito brasileiro. Saraiva: São Paulo, 2009.



Semana 29/03/2021	FERIADO
Semana 5 05/04/2021	<p>Aula 5. Legal Tech Talk: impactos na cidadania e no Sistema de Justiça Criminal</p> <p><u>Material de leitura obrigatória:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• O'NEIL, Cathy. Algoritmos de destruição em massa: como o big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia. Trad. Rafael Abraham. Santo André, SP: Editora Rua do Sabão, 2020. (fls. 133 a 163)• HILGENDORF, Eric. Digitalização e o Direito. Trad. Orlandino Gleizer. São Paulo, SP: Marcial Pons, 2020. (fls 25 a 59). <p><u>Material de leitura complementar:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• FEBBRAJO, Alberto; LIMA, Fernando Rister de; Bôas filho, Orlando Villas. 8. Da autopoiese à fórmula de transcendência: das comunicações binárias às redes comunicacionais. In: Justiça. Dos Sistemas às Redes. Almedina: São Paulo, 2020.• SOLOVE, Daniel J., The Digital Person: Technology and Privacy in the Information Age. NYU Press, 2004.
Semana 6 12/04/2021	<p>Aula 6. Conceituação jurídica de políticas públicas</p> <p><u>Material de leitura obrigatória:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• SMANIO, Gianpaolo Poggio. Legitimidade Jurídica das Políticas Públicas: a Efetivação da Cidadania. In. O Direito e as Políticas Públicas no Brasil. 1ed.São Paulo: Atlas, 2013, v. 1, p. 3-13.• SMANIO, Gianpaolo Poggio. Cidadania e Políticas Públicas. In. O Direito na Fronteira das Políticas Públicas. São Paulo: Páginas e Letras Editora e Gráfica, 2015.• BUCCI, Maria Paula Dallari. O conceito de política pública em direito. In: BUCCI, M.P.D. (Org.). Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico. 1ed.são paulo: saraiva, 2006, v. 1, p. 1-47• COMPARATO, Fabio Konder. Ensaio sobre o juízo de constitucionalidade de políticas públicas. Revista de Informação Legislativa. Brasília a. 35 n. 138 abr./jun. 1998. <p><u>Material de leitura complementar:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• DWORKIN, Ronald. Levando os direitos a sério. São Paulo: Martins Fontes, 2002.



Semana 7 19/04/2021	Aula 7. Segurança Pública e Cidadania <u>Material de leitura obrigatória:</u> <ul style="list-style-type: none">FABRETTI, Humberto B. Segurança Pública: fundamentos jurídicos para uma abordagem constitucional. São Paulo: Atlas, 2014. (Capítulos 2,3 e 4 – fls. 44 a 135) <u>Material de leitura complementar:</u> <ul style="list-style-type: none">ADORNO, Sérgio. Violência e crime: sob o domínio do medo na sociedade brasileira. In: Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos. Org. André Botelho e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Claro Enigma, 2012.SOARES, Luiz Eduardo. Segurança pública: dimensão essencial do Estado Democrático de Direito. In: Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos. Org. André Botelho e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
Semana 8 26/04/2021	Aula 8. Funções do Estado em relação a políticas públicas: atuação do Ministério Público <u>Material de leitura obrigatória:</u> <ul style="list-style-type: none">SMANIO, G. P.. As garantias constitucionais do ministério público e os desafios de sua atuação para o século XXI. In: Gianpaolo Poggio Smanio, Carlos Eduardo Nicoletti Camilo. (Org.). 60 Desafios do Direito - Direito na sociedade contemporânea. 1ed.São Paulo: Atlas, 2013, v. 1, p. 208-217.COELHO, Sérgio Reis; KOZICKI, Katya. O Ministério Público e as Políticas Públicas: Definindo a Agenda ou Implementando as Soluções? Revista da AJURIS, v. 40, n. 130, jun, 2013, p.373-394.OLIVEIRA, Luciano Moreira. O Ministério Público brasileiro e a implementação de políticas públicas. Revista de Informação Legislativa, v. 50, p. 223, 2013. <u>Material de leitura complementar:</u> <ul style="list-style-type: none">Ministério Público de São Paulo. JUSTITIA. São Paulo, SP: Procuradoria-Geral de Justiça, Associação Paulista do Ministério Público. V. 80, número especial, 2019. p.1-361.
Semana 9 03/05/2021	Aula 9. Ativismo Judicial: Paradoxos e Colisões entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário <u>Material de leitura obrigatória:</u> <ul style="list-style-type: none">LIMA, Fernando Rister de Sousa. Excesso de autorreferência e falta de heterorreferência: o simbolismo da atuação do STF em direito à saúde. Revista



	<p>Direito GV, v. 12, p. 691-717, 2016.</p> <ul style="list-style-type: none">LIMA, Fernando Rister de Sousa. Decisões do STF em direito à saúde. Aspectos Econômicos e Políticos. Almedina: São Paulo, 2020. Capítulo 5.
<p>Semana 10 10/05/2021</p>	<p>Aula 10. Cidadania ativa e participação</p> <p><u>Material de leitura obrigatória:</u></p> <ul style="list-style-type: none">LIMA, Fernando Rister de Sousa Lima. Saúde e Supremo Tribunal Federal. 2 ed. Juruá: Curitiba. 2018. 8.15 Audiência Pública.SILVA, Sandro Pereira. Democracia, Políticas Públicas e Instituições de Deliberação Participativa: visões sobre a experiência brasileira. Brasília: Ipea, 2018.COHN, Amélia. Participação social e conselhos de políticas públicas. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2011
<p>Semana 11 17/05/2021</p>	<p>Aula 11. Prática extensionista: uma contribuição dos debates do componente curricular para a coletividade</p> <p>Parte 1 – Eixos:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Saúdeb) Educação
<p>Semana 12 24/05/2021</p>	<p>Aula 12. Prática extensionista: uma contribuição dos debates do componente curricular para a coletividade</p> <p>Parte 2 – Eixos:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Segurança Públicab) Distribuição de Renda